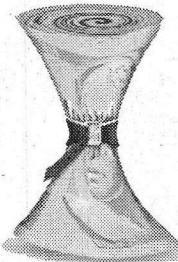


# Governo cortará R\$ 2 bi da Saúde

Área social será  
a maior prejudicada  
nos cortes previstos  
para o Orçamento

**Ministério da  
Educação terá seus  
recursos reduzidos  
em R\$ 1 bilhão**

**C**omo de vezes anteriores, a área social deverá arcar com boa parte do sacrifício do pacote fiscal, que o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, deverão anunciar amanhã. Segundo técnicos do Governo deverão ser propostos cortes de cerca de R\$ 2 bilhões no orçamento da Saúde para o próximo ano e outros R\$ 1 bilhão para a área de Educação. A proposta de ajuste fiscal, que está em fase de detalhamento final, deverá prever uma econo-



**AJUSTE**

O corte da área de saúde deverá vir principalmente com a desvinculação da receita da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O Governo deverá propor três movimentos para a CPMF. Além da desvinculação das receitas à área de saúde, deverá propor ao Congresso, que a CPMF seja prorrogada até a votação da reforma tributária, quando o Governo espera torná-la permanente e que a alíquota seja elevada de 0,2% para 0,35%, um aumento de 75%. A CPMF foi criada em 1997 exclusivamente para financiar os gastos com saúde, mas o atual ministro da Saúde, José Serra, diz com freqüência que sua pasta nunca recebeu dinheiro daquela contribuição.

Junto com o ajuste fiscal

mia de até R\$ 30 bilhões, entre cortes de despesas (R\$ 10 bilhões) e aumento de receitas (R\$ 20 bilhões).

O corte da área de saúde deverá vir principalmente com a desvinculação da receita da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O Governo deverá propor três movimentos para a CPMF. Além da desvinculação das receitas à área de saúde, deverá propor ao Congresso, que a CPMF seja prorrogada até a votação da reforma tributária, quando o Governo espera torná-la permanente e que a alíquota seja elevada de 0,2% para 0,35%, um aumento de 75%. A CPMF foi criada em 1997 exclusivamente para financiar os gastos com saúde, mas o atual ministro da Saúde, José Serra, diz com freqüência que sua pasta nunca recebeu dinheiro daquela contribuição.

## Subsídio

O sistema atual, além de complexo e pouco transparente, impede o Governo de liberar a importação de gasolina, porque o produto entraria no Brasil com preços bem abaixo dos praticados pela Petrobras. Técnicos do Governo, no entanto, não confirmam se o imposto será criado agora. De qualquer forma, a liberação do preço do álcool, que depende de uma solução para a questão do subsídio, foi adiada de novembro, como estava previsto, para fevereiro.



**SERRA:** promessas para realizar um bom trabalho na Saúde

Já está praticamente descartada, porém a proposta da criação do imposto sobre grandes fortunas. A receita, de cerca de R\$ 300 milhões por ano, não compensaria o desgaste que o Governo teria para aprovar o

projeto, que está parado há anos no Congresso.

## Descontentamento

A proposta de mais cortes na área de saúde deverá gerar novos descontentamentos

entre Serra e a equipe econômica. Em setembro, quanto Malan anunciou um ajuste de emergência, com resultados para este ano ainda, o orçamento do Ministério da Saúde sofreu uma redução de R\$ 820 milhões. Serra iniciou um movimento de críticas, que acabou não prosseguindo depois da intervenção do presidente Fernando Henrique exigindo que todos os ministros aceitassem suas cotas de sacrifício. Serra já comentou com amigos que aceitou a pasta de Saúde porque lhe foi prometido que teria os recursos disponíveis para realizar lá um bom trabalho.

A proposta orçamentária original para 1999, enviada ao Congresso em agosto e que foi recolhida para ser refeita por exigência dos próprios líderes no Legislativo, previa para o Ministério da Saúde uma verba de R\$ 14,9 bilhões para atividades e projetos. Para o Ministério Educação, a verba inicial seria de R\$ 4,6 bilhões, também para atividades e projetos.

**AGUINALDO NOGUEIRA**  
Repórter do Jornal de Brasília